

A UNIVERSIDADE COMO LABORATÓRIO DE SUSTENTABILIDADE: PRÁXIS EDUCATIVA EM FEIRAS DE TROCA NA UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ

THE UNIVERSITY AS A LABORATORY FOR SUSTAINABILITY: EDUCATIONAL PRACTICE IN EXCHANGE FAIRS AT THE FEDERAL UNIVERSITY OF WESTERN PARÁ

LA UNIVERSIDAD COMO LABORATORIO PARA LA SOSTENIBILIDAD: PRÁCTICAS EDUCATIVAS EN FERIAS DE INTERCAMBIO EN LA UNIVERSIDAD FEDERAL DEL OESTE DE PARÁ

Marcelo Almeida Gomes¹
Márcia Sabrina Lima de Aguiar²
Eulina Christyane Araújo Rocha³
Bruno Natanael Mota Almeida⁴
Aldemara Amaral da Silva⁵

RESUMO: A educação ambiental é um instrumento central na promoção de práticas sustentáveis, ao formar sujeitos críticos e questionar padrões de produção e consumo, incentivando valores socioambientais. Nesse contexto, o projeto “Feira de Troca: a Semente da Consciência Ambiental”, desenvolvido pelo Grupo de Estudos, Pesquisa e Extensão em Educação Ambiental, vinculado ao curso de Licenciatura em Geografia da Universidade Federal do Oeste do Pará, consolida-se como uma prática formativa interdisciplinar e socialmente referenciada, que potencializa o diálogo entre universidade e comunidade, ao mesmo tempo em que promove experiências educativas voltadas à construção de uma consciência ambiental crítica e emancipatória. O objetivo geral do estudo foi promover a troca de objetos entre participantes como estratégia socioeducativa para reduzir o acúmulo de bens ociosos e questionar o consumo excessivo e o descarte, ao mesmo tempo em que busca fortalecer a consciência ambiental e incentivar práticas sustentáveis baseadas na responsabilidade socioambiental e na economia colaborativa. Do ponto de vista metodológico, a pesquisa fundamenta-se na perspectiva ação-reflexão, com abordagem qualitativa, operacionalizada por meio da realização de feiras de troca, nas quais os participantes disponibilizam objetos em desuso e os substituem por outros de seu interesse, sem a mediação monetária. Os resultados indicam fortalecimento da consciência ambiental, redução do consumo excessivo e valorização de ações coletivas. Conclui-se que o projeto contribui para a formação crítica dos participantes e amplia o debate sobre consumo responsável, incentivando práticas sustentáveis e transformações socioambientais locais.

Palavras-chave: Meio ambiente. Educação ambiental. Consumo consciente.

¹ Graduado em Bacharelado em Direito pela Universidade Federal Do Oeste do Pará (UFOPA). Graduado em Bacharelado em Administração pela Universidade da Amazônia (Unama). Mestre pelo Programa de Pós-graduação em Sociedade, Ambiente e Qualidade de Vida - PPGSAQ pela Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA). Membro do Grupo de Estudos, Pesquisa e Extensão e Educação Ambiental - GEPEEA da Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA). Santarém, Pará, Brasil

² Graduada em Gestão Ambiental pelo Instituto Esperança de Ensino Superior (IESPES). Especialista em Engenharia de Produção. Mestre em Sociedade, Ambiente e Qualidade de Vida pela Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA). Membro do Grupo de Estudos, Pesquisa e Extensão em Educação Ambiental - GEPEEA da Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA). Santarém, Pará, Brasil.

³ Licenciada em Letras pela Universidade Luterana de Ensino Superior. Especialista em Gestão e Docência na Educação Superior pelas Faculdades Integradas do Tapajós - FIT (2008). Mestre em Sociedade, Ambiente e Qualidade de Vida pela Universidade Federal do Oeste do Pará - Ufopa (2019). Membro do Grupo de Estudos, Pesquisa e Extensão e Educação Ambiental - GEPEEA da Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA). Santarém, Pará, Brasil.

⁴ Graduado em Pedagogia pelo Centro Universitário da Amazônia (UNAMA). Graduado em Ciências Sociais pelo Centro Universitário ETEP. Especialista em Educação Ambiental pela Faculdade Metropolitana (FAMEESP). Especialista em Ciências Humanas e Sociais Aplicadas e o Mundo do Trabalho pela Universidade Federal do Piauí. Mestre pelo Programa de Pós-graduação em Sociedade, Ambiente e Qualidade de Vida - PPGSAQ pela Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA). Doutorando em Biodiversidade e Biotecnologia pela Rede Bionorte (Polo Pará). Membro do Grupo de Estudos, Pesquisa e Extensão e Educação Ambiental - GEPEEA da Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA). Santarém, Pará, Brasil.

⁵ Graduada em Geografia e Educação Ambiental pela Universidade de Uberaba (UNIUBE). Especialista em Educação Ambiental com Ênfase em Espaços Educadores Sustentáveis (UFPA). Especialista em Educação Especial e AEE (Facuminas). Especialista em Geografia e Meio Ambiente (Facuminas). Mestranda pelo Programa de Pós-Graduação em Sociedade, Ambiente e Qualidade de Vida - PPGSAQ pela Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA). Membro do Grupo de Estudos, Pesquisa e Extensão em Educação Ambiental - GEPEEA da Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA). Santarém, Pará, Brasil.

ABSTRACT: Environmental education is a central instrument in promoting sustainable practices, forming critical individuals and questioning production and consumption patterns, encouraging socio-environmental values. In this context, the project "Swap Fair: The Seed of Environmental Awareness," developed by the Study, Research and Extension Group in Environmental Education, linked to the Geography degree program at the Federal University of Western Pará, is consolidated as an interdisciplinary and socially referenced formative practice that enhances dialogue between the university and the community, while promoting educational experiences aimed at building a critical and emancipatory environmental awareness. The overall objective of the study was to promote the exchange of objects among participants as a socio-educational strategy to reduce the accumulation of idle goods and question excessive consumption and disposal, while also seeking to strengthen environmental awareness and encourage sustainable practices based on socio-environmental responsibility and the collaborative economy. From a methodological point of view, the research is based on the action-reflection perspective, with a qualitative approach, operationalized through the holding of exchange fairs, in which participants make available disused objects and replace them with others of their interest, without monetary mediation. The results indicate a strengthening of environmental awareness, a reduction in excessive consumption, and an appreciation of collective actions. It is concluded that the project contributes to the critical formation of the participants and broadens the debate on responsible consumption, encouraging sustainable practices and local socio-environmental transformations.

Keywords: Environment. Environmental education. Conscious consumption.

RESUMEN: La educación ambiental es un instrumento fundamental para promover prácticas sostenibles, formar individuos críticos y cuestionar los patrones de producción y consumo, fomentando valores socioambientales. En este contexto, el proyecto "Feria de Intercambio: La Semilla de la Conciencia Ambiental", desarrollado por el Grupo de Estudio, Investigación y Extensión en Educación Ambiental, vinculado al programa de grado en Geografía de la Universidad Federal del Oeste de Pará, se consolida como una práctica formativa interdisciplinaria y con referencia social que potencia el diálogo entre la universidad y la comunidad, a la vez que promueve experiencias educativas orientadas a construir una conciencia ambiental crítica y emancipadora. El objetivo general del estudio fue promover el intercambio de objetos entre los participantes como estrategia socioeducativa para reducir la acumulación de bienes ociosos y cuestionar el consumo y el desecho excesivos, buscando también fortalecer la conciencia ambiental y fomentar prácticas sostenibles basadas en la responsabilidad socioambiental y la economía colaborativa. Desde el punto de vista metodológico, la investigación se basa en la perspectiva de acción-reflexión, con un enfoque cualitativo, operacionalizado mediante la realización de ferias de intercambio, en las que los participantes ponen a disposición objetos en desuso y los reemplazan por otros de su interés, sin mediación monetaria. Los resultados indican un fortalecimiento de la conciencia ambiental, una reducción del consumo excesivo y una valoración de las acciones colectivas. Se concluye que el proyecto contribuye a la formación crítica de los participantes y amplía el debate sobre el consumo responsable, fomentando prácticas sostenibles y transformaciones socioambientales locales.

Palabras clave: Medio ambiente. Educación ambiental. Consumo consciente.

INTRODUÇÃO

O desenvolvimento de ações de educação ambiental constitui-se como um instrumento fundamental e cada vez mais necessário nas práticas sociais contemporâneas, sobretudo diante da crescente intensificação dos problemas ambientais que vêm se acumulando ao longo da história da humanidade.

Ao longo das últimas décadas, a educação ambiental deixou de ser apenas uma proposta educativa e passou a ser reconhecida oficialmente como uma política pública importante em diversos países. Esse reconhecimento ocorreu principalmente a partir de conferências internacionais e acordos globais que discutem a necessidade de proteger o meio ambiente em escala mundial. Esses eventos ajudaram a construir a ideia de que a preservação ambiental não é responsabilidade apenas dos governos, mas de toda a sociedade.

No entanto, apesar desses avanços no campo das políticas ambientais, ainda se observa um cenário global marcado por profundas contradições. A maioria dos países está inserida em um sistema econômico baseado no capitalismo, no qual o consumo constante de bens e serviços é estimulado como forma de crescimento econômico. Esse modelo, muitas vezes, incentiva o uso excessivo dos recursos naturais, sem considerar adequadamente os limites do meio ambiente.

Nesse processo, a educação ambiental desempenha um papel decisivo, pois ajuda a formar essa consciência e incentiva mudanças de comportamento, ela não deve ser vista como algo pontual ou restrito a determinados momentos, mas como um processo contínuo, permanente e presente em diferentes espaços da sociedade. Ela deve ser desenvolvida nas escolas, nas universidades, nas comunidades, nas famílias e em qualquer outro ambiente de convivência humana.

Dentro dessa perspectiva, insere-se o projeto “Feira de Troca: a Semente da Consciência Ambiental”, do Grupo de Estudos, Pesquisa e Extensão em Educação Ambiental (GEPEEA), vinculado ao curso de Licenciatura em Geografia da Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA), que foi criado justamente com o propósito de trabalhar a educação ambiental de forma prática e acessível. A proposta parte da ideia de que muitas pessoas acumulam em suas casas objetos que não utilizam mais, mas que ainda estão em bom estado. Em vez de descartar esses materiais ou adquirir novos produtos, o projeto propõe a realização de feiras de troca, nas quais as pessoas podem levar esses objetos e trocá-los por outros que tenham utilidade para elas. Dessa forma, além de reduzir o acúmulo de objetos desnecessários, a iniciativa também contribui para diminuir o consumo excessivo e incentivar o reaproveitamento. O projeto oferece uma alternativa simples, acessível e educativa que permite às pessoas refletirem sobre seus hábitos de consumo. Ao participar das feiras de troca, os envolvidos têm a oportunidade de perceber que é possível satisfazer suas necessidades sem necessariamente comprar novos produtos, o que ajuda a reduzir gastos, evitar desperdícios e diminuir os impactos ambientais relacionados à produção e ao descarte de bens.

Este trabalho foi desenvolvido juntamente ao Grupo de Estudos, Pesquisa e Extensão em Educação Ambiental (GEPEEA), vinculado à Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA). As atividades foram realizadas por meio da organização de pequenas feiras de troca em diferentes espaços. Esses espaços são importantes porque reúnem estudantes, professores e a comunidade em geral, favorecendo o diálogo e a troca de experiências sobre questões ambientais.

O presente estudo teve como objetivo geral promover a troca de objetos entre os participantes, visando reduzir práticas de consumismo e incentivar o reaproveitamento de bens em bom estado, como roupas, acessórios e outros itens sem uso. Essa ação busca também diminuir a demanda por novos produtos, contribuindo para a redução da pressão sobre os recursos naturais e dos impactos ambientais associados à extração de matérias-primas, à produção industrial e ao descarte de resíduos. Como objetivos específicos, buscou-se: (a) estimular o interesse pela educação ambiental em diferentes espaços sociais, como escola, universidade e família; (b) contribuir para a melhoria da qualidade ambiental por meio de práticas sustentáveis de reaproveitamento e redução do consumo; (c) promover a sensibilização e a consciência ambiental dos participantes; (d) incentivar práticas de economia colaborativa baseadas na troca e no compartilhamento; e (e) fortalecer atitudes de cooperação e o uso consciente dos bens materiais. Esses objetivos reforçam a proposta do projeto ao articular educação ambiental e práticas concretas, ampliando seu alcance para além do campo teórico e contribuindo tanto para a formação dos sujeitos quanto para a transformação das relações sociais e ambientais, em direção a uma cultura de consumo mais consciente e sustentável.

Por fim, a relevância social do estudo/projeto está justamente em sua capacidade de promover a educação ambiental de forma prática, simples e participativa. Ao incentivar a troca de objetos e a reflexão sobre o consumo, o projeto contribui para a formação de uma consciência ambiental mais crítica e responsável. Dessa maneira, espera-se que os participantes passem a repensar seus hábitos de consumo, reduzindo compras desnecessárias e adotando práticas mais sustentáveis no seu dia a dia. Com isso, a iniciativa busca não apenas melhorar a relação das pessoas com o meio ambiente, mas também fortalecer valores como solidariedade, colaboração e responsabilidade coletiva, fundamentais para a construção de uma sociedade mais equilibrada e sustentável.

MÉTODOS

O presente projeto foi desenvolvido em etapas progressivas, fundamentando-se no método de ação-reflexão, o qual compreendeu a prática educativa como um processo dialético de intervenção e compreensão da realidade. Nessa perspectiva, fundamenta-se em Freire (2007, p. 17), ao afirmar que “é fundamental a capacidade do ser humano de atuar e refletir. Ela o faz ser práxis. Por meio dela, atua, opera, transforma a realidade e a si mesmo, sendo essa a maneira humana de existir”. Dessa forma, o projeto estrutura-se como uma prática formativa e interventiva, na qual a ação concreta (feiras de troca) é continuamente ressignificada pela reflexão crítica dos sujeitos envolvidos, promovendo transformações tanto individuais quanto coletivas.

Adotou-se uma abordagem qualitativa, uma vez que o foco central recaiu sobre a compreensão das experiências, percepções e significados atribuídos pelos participantes ao processo de troca. Tal abordagem permitiu captar dimensões subjetivas relacionadas à consciência ambiental, ao consumo e às interações sociais estabelecidas durante as atividades, valorizando a construção de sentidos e o engajamento dos sujeitos na proposta educativa.

As ações previstas consistiram na realização de pequenas feiras de troca, organizadas em espaços da Universidade Federal do Oeste do Pará, localizada no município de Santarém -PA, nas quais os participantes podem levar objetos de uso pessoal em bom estado, porém sem utilidade em seu cotidiano, e trocá-los por outros que despertaram maior interesse ou necessidade. Essa dinâmica promoveu a circulação de bens de forma não monetária, incentivando o reaproveitamento, a redução do descarte e a reflexão crítica sobre o consumo excessivo. Ao mesmo tempo, favoreceu a interação social, o fortalecimento de vínculos comunitários e a construção coletiva de práticas mais sustentáveis, alinhadas aos princípios da educação ambiental crítica e transformadora.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A educação ambiental constitui um campo teórico e prático fundamental para a compreensão das relações entre sociedade, natureza e os diferentes modos de vida que se articulam no espaço social. Sua abordagem ultrapassa a perspectiva meramente conservacionista, incorporando dimensões éticas, políticas, culturais e pedagógicas que envolvem tanto o cuidado com os seres vivos quanto a responsabilidade coletiva em relação aos elementos não vivos que compõem o ambiente, como o solo, a água, o ar e os ecossistemas em

geral. Trata-se, portanto, de uma concepção ampliada de educação, que busca promover uma nova racionalidade socioambiental baseada no respeito, na solidariedade e na sustentabilidade.

Nesse sentido, Santos (2016) destaca que a educação ambiental “perpassa pelo respeito entre as pessoas e deve ser vivenciada no dia a dia, sendo este respeito estendido a todas as formas de vida”, evidenciando seu caráter cotidiano e relacional. Essa compreensão reforça a ideia de que a educação ambiental não se limita ao espaço formal de ensino, mas se materializa nas práticas sociais, nas relações interpessoais e nas atitudes individuais frente ao meio ambiente. Assim, o respeito à vida em suas múltiplas expressões torna-se um princípio estruturante dessa abordagem educativa.

Complementando essa discussão, Carvalho (2004, p. 15) afirma que a educação ambiental é promovida “pela abertura de um espaço que contemple o diálogo entre as diferentes abordagens”, sendo condição fundamental a explicitação dos pressupostos que orientam cada perspectiva. Essa proposição evidencia o caráter dialógico, interdisciplinar e plural da educação ambiental, que se constrói a partir da interação entre diferentes saberes, visões de mundo e experiências sociais. Dessa forma, a educação ambiental se consolida como um campo de mediação de conflitos e de construção coletiva de sentidos, essencial para a compreensão das complexas questões socioambientais contemporâneas.

No entanto, uma análise mais radical da relação entre consumo, descarte e crise ambiental exige ultrapassar a abordagem exclusivamente pedagógica e incorporar contribuições da Crítica do Valor (Wertkritik). Nessa perspectiva, desenvolvida por Robert Kurz e outros autores dessa tradição, a crise ecológica não é compreendida como um efeito externo ou secundário do capitalismo, mas como expressão de sua própria dinâmica interna de valorização do valor (Kurz, 1992). Nesse contexto, a destruição acelerada de valores de uso, observada em fenômenos como a obsolescência programada e o descarte prematuro de mercadorias não constitui uma disfunção do sistema, mas um desdobramento de sua lógica de funcionamento.

A partir do reconhecimento dessas contradições estruturais do modo de produção capitalista, observa-se que diferentes esferas sociais e institucionais buscam construir respostas normativas e regulatórias para a crise ambiental. No contexto brasileiro, a educação ambiental insere-se nesse conjunto de respostas institucionais, possuindo respaldo legal consolidado e sendo reconhecida como direito e dever do poder público e da coletividade. Esse reconhecimento está expresso no Artigo 225, §1º, inciso VI, da Constituição Federal de 1988, que determina a promoção da educação ambiental em todos os níveis de ensino e a conscientização pública para a preservação do meio ambiente.

Art. 225. Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações. (BRASIL,1988)

Esse dispositivo constitucional evidencia que a educação ambiental não se limita a uma recomendação pedagógica, mas constitui uma obrigação jurídica e um compromisso coletivo voltado à defesa do meio ambiente ecologicamente equilibrado, entendido como um bem de uso comum e essencial à sadia qualidade de vida. Ao atribuir essa responsabilidade tanto ao poder público quanto à sociedade, a Constituição reforça o caráter participativo e compartilhado das ações voltadas à preservação ambiental, indicando que a formação de uma consciência ecológica deve ser contínua e integrada aos diferentes níveis e modalidades de ensino. Este preceito constitucional estabelece as bases para o desenvolvimento de ações educativas que contribuam para a construção de uma sociedade mais consciente, responsável e comprometida com a preservação dos recursos naturais e com o bem-estar das presentes e futuras gerações.

Alinhado ao preceito constitucional, a Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999, que institui a Política Nacional de Educação Ambiental, estabelece diretrizes para sua implementação como prática contínua, permanente e integrada aos processos educativos formais e não formais, vejamos:

Art. 2º A educação ambiental é um componente essencial e permanente da educação nacional, devendo estar presente, de forma articulada, em todos os níveis e modalidades do processo educativo, em caráter formal e não-formal. (BRASIL, 1999)

Sob essa perspectiva, a educação ambiental pode ser compreendida como uma prática social ampla, que articula dimensões educativas, ambientais e sociais em um processo integrado de formação humana. Trata-se de uma ação intencional que visa à construção de valores, conhecimentos, habilidades e atitudes voltadas à sustentabilidade e à melhoria da qualidade de vida. Ao mesmo tempo, assume caráter político, na medida em que envolve participação social, tomada de consciência crítica e atuação coletiva diante dos problemas ambientais. Assim, a educação ambiental se afirma como um processo contínuo e transformador, essencial para a consolidação de uma sociedade mais justa, responsável e ambientalmente equilibrada. Nas circunstâncias sociais, Torzoni-Reis (2008, p. 12), comenta:

a educação ambiental é também educação, educação ambiental é uma dimensão da educação, é atividade intencional da prática social que imprime ao desenvolvimento individual um caráter social em sua relação com a natureza e com os outros seres humanos, com o objetivo de potencializar essa atividade humana, tornando-a a mais plena de prática social e de ética ambiental. [...]

Já para a visão política da educação ambiental Reigota (2012, pp. 14-15) assevera:

Deve ser política no sentido de saber “por que” fazer do que “como fazer”, e é importante a participação de todos no processo educativo, no sentido de se viver num ambiente de qualidade. Considerando que a educação ambiental surge e se consolida num momento histórico de grandes mudanças do mundo, ela tende a questionar as opções políticas atuais (mesmo as consideradas de “esquerda”) [...].

Portanto, a educação ambiental deve ser compreendida como um campo integrado e multidimensional, que articula de forma indissociável as dimensões natural, social, familiar e política da vida humana. Essa articulação evidencia que o processo educativo ambiental não se restringe ao espaço escolar ou a ações pontuais de sensibilização, mas envolve um conjunto amplo de relações que permeiam o desenvolvimento individual e coletivo. Nesse sentido, a educação ambiental contribui para a formação integral do sujeito, ao possibilitar a construção de valores, atitudes e práticas voltadas ao respeito, à preservação e à valorização de todas as formas de vida e dos elementos que compõem o meio ambiente.

Essa perspectiva amplia o entendimento da educação ambiental como um processo formativo que atravessa diferentes esferas da existência humana, incluindo a convivência social, as relações familiares e as interações com o meio natural. O desenvolvimento da consciência ambiental pressupõe a incorporação de práticas cotidianas que reconheçam a interdependência entre ser humano e natureza, bem como a responsabilidade compartilhada na conservação dos recursos ambientais e na promoção de uma sociedade mais sustentável e equilibrada.

No contexto normativo brasileiro, essa concepção encontra respaldo na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que em seu artigo 1º estabelece a educação como um processo formativo amplo, desenvolvido não apenas nas instituições de ensino, mas também na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nos movimentos sociais e nas manifestações culturais. Ao reconhecer a família como uma das bases do processo educativo, a LDB reforça a ideia de que a formação do sujeito é resultado da interação contínua entre diferentes espaços sociais, nos quais valores, saberes e práticas são construídos e ressignificados:

Art. 1º A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais [...].

Assim, a educação ambiental, enquanto instrumento educativo e político-pedagógico, deve ser compreendida como um processo contínuo, permanente e transversal, que ultrapassa os limites da escolarização formal e se insere nas diferentes dimensões da vida social. Trata-se

de uma prática que demanda o engajamento coletivo, envolvendo Estado, instituições de ensino, famílias e sociedade civil, uma vez que a construção de um meio ambiente equilibrado não pode ser atribuída a um único sujeito ou setor, mas depende da corresponsabilidade de todos os atores sociais. Sua efetivação deve estar comprometida com a transformação social que implica o desenvolvimento de uma consciência crítica, pautada no reconhecimento da interdependência entre ser humano e natureza e na necessidade de adoção de práticas sustentáveis no cotidiano. Cada indivíduo, ao assumir seu papel nesse processo, contribui para a consolidação de atitudes responsáveis que favorecem a preservação ambiental e a melhoria da qualidade de vida coletiva.

Nesse contexto mais amplo de articulação entre formação crítica e práticas sociais, a feira de troca, enquanto experiência educativa, insere-se no campo da educação não formal, que, conforme Maria da Glória Gohn (2016, p. 60):

A educação não formal designa um processo com várias dimensões tais como: a aprendizagem política dos direitos dos indivíduos enquanto cidadãos; a capacitação dos indivíduos para o trabalho, por meio de procedimentos de aprendizagens técnicas e/ou tecnológicas; e a aprendizagem e exercício de práticas que capacitam os indivíduos a se organizarem com objetivos comunitários, voltadas para a solução de problemas coletivos cotidianos. (GOHN, 2016, p.60)

Dentro desse conjunto de dimensões, a Feira de Troca pode ser compreendida de forma mais direta na dimensão voltada à organização coletiva para a resolução de problemas cotidianos, uma vez que se configura como uma prática colaborativa orientada ao enfrentamento de questões concretas relacionadas ao acúmulo de bens ociosos e à geração de resíduos.

A autora também destaca que a educação não formal ocorre no âmbito da vida cotidiana, sendo construída por meio do compartilhamento de experiências e da participação em espaços e práticas coletivas do dia a dia. (Gohn, 2016).

Neste panorama, a educação ambiental consolida-se como um princípio formador essencial para a construção de uma sociedade mais justa, solidária e sustentável, fundamentada no senso de responsabilidade compartilhada e na co-participação ativa na proteção e no cuidado com o meio ambiente.

Ampliando essa leitura para uma dimensão sociológica mais abrangente, torna-se pertinente considerar as análises de Zygmunt Bauman (2001) sobre a modernidade líquida, na qual as relações sociais são marcadas pela instabilidade, pela volatilidade e pela centralidade do

consumo como princípio organizador da vida contemporânea. Nesse contexto, o descarte do outro decorre, em grande medida, de uma insatisfação continuamente produzida e alimentada pela lógica consumista (Bauman, 2001), na qual a cultura do “novo” e do “descartável” não se restringe aos objetos materiais, mas se estende às relações afetivas, aos vínculos sociais e aos compromissos éticos.

É nesse contexto que a Feira de Troca pode ser compreendida como uma prática que tensiona, ainda que localmente e de forma situada, a lógica da descartabilidade descrita por Bauman. Ao deslocar a mediação das relações de consumo da compra monetária para a troca direta entre sujeitos, a experiência reintroduz formas de encontro e de reconhecimento mútuo que tendem a ser enfraquecidas na dinâmica da modernidade líquida. Nesse processo, objetos deixam de ser apenas mercadorias de ciclo curto de uso e passam a ser reinscritos em trajetórias de circulação social mais prolongadas, nas quais valor de uso, memória e relação interpessoal ganham centralidade em detrimento da lógica da substituição imediata.

A UNIVERSIDADE COMO LABORATÓRIO DE SUSTENTABILIDADE: PRÁXIS EDUCATIVA EM FEIRAS DE TROCA NA UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ

Os resultados obtidos a partir da realização do projeto “Feira de Troca: a Semente da Consciência Ambiental” evidenciam contribuições expressivas para o fortalecimento da educação ambiental crítica, especialmente no que se refere à sensibilização dos participantes diante do consumo excessivo, do descarte inadequado e da subutilização de objetos ainda plenamente funcionais. Ao serem estruturadas a partir da perspectiva da ação/reflexão, essas feiras possibilitaram uma experiência educativa concreta, na qual os participantes não apenas discutem a problemática ambiental, mas a vivenciam na prática, por meio da circulação de objetos sem mediação monetária. Esse processo favoreceu o desenvolvimento de uma consciência crítica sobre os impactos do consumismo e estimulou a compreensão de alternativas sustentáveis baseadas na reutilização, no reaproveitamento e na economia colaborativa. Este tipo de ação assume um papel central como dispositivo pedagógico, pois transforma o espaço educativo em um ambiente vivo de aprendizagem social, onde valores como solidariedade, responsabilidade socioambiental e coletividade são constantemente exercitados. Nesse sentido, a Feira de Troca se consolida como uma prática pedagógica alinhada aos princípios da educação ambiental crítica, pois, segundo Mendonça e Sabino (2025):

A Feira de Troca atende ao princípio básico da educação ambiental da Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA) de trazer o pluralismo de ideias e concepções pedagógicas (artigo 4º, inciso III) ao valorizar uma aprendizagem ativa, o tratar e

discussão de problemas reais (artigo 4º, inciso VII), protagonismo do discente e uma pedagogia crítica (questionamento ao consumismo, cultura de descartes e os impactos ambientais) (artigo 4º, inciso VI).

Nesse contexto, a Feira de Troca reforça seu caráter formativo ao se articular com perspectivas teóricas da educação ambiental crítica, o que é reforçado por Jacobi (2003) que aponta a educação ambiental como um processo contínuo de formação de cidadania, no qual a construção de valores e atitudes sustentáveis se dá a partir da participação ativa dos sujeitos sociais.

As atividades desenvolvidas durante as feiras permitiram que os participantes refletissem criticamente sobre seus hábitos de consumo, favorecendo a ressignificação de objetos antes considerados descartáveis. As imagens registradas durante a execução do projeto (Figura 1 e 2) evidenciam a dinâmica participativa das feiras, nas quais os sujeitos expuseram, selecionaram e trocaram objetos sem mediação monetária, reforçando práticas de economia solidária e colaboração comunitária. Esses registros visuais também contribuem como material de análise, ao demonstrar o envolvimento e a interação social promovidos pela atividade.

Figura 1: “Feira de Troca: a Semente da Consciência Ambiental”



Fonte: Elaborada pelos próprios autores.

Figura 2: “Feira de Troca: a Semente da Consciência Ambiental”



Fonte: Elaborada pelos próprios autores.

As figuras apresentadas ilustram a dinâmica das feiras de troca, evidenciando a participação ativa dos sujeitos, a circulação de objetos sem mediação monetária e o envolvimento coletivo nas atividades propostas. Esses registros visuais reforçam o caráter educativo e social da iniciativa, ao demonstrarem, na prática, a materialização dos princípios da educação ambiental crítica discutidos ao longo do estudo.

Nesse sentido, tais evidências dialogam com a perspectiva teórica adotada, pois, Reigota (2012) enfatiza que, a educação ambiental deve ser compreendida como uma prática política e pedagógica voltada à transformação social, o que se confirma na experiência desenvolvida pelo GEPEEA, uma vez que o projeto extrapola a simples sensibilização, promovendo ações concretas de enfrentamento ao consumismo. De forma semelhante, Loureiro (2004) enfatiza que a educação ambiental crítica deve promover a articulação entre sujeitos e sociedade na construção de novas racionalidades socioambientais, aspecto observado na interação entre universidade e comunidade durante as feiras.

Além disso, Guimarães (2004) destaca que a superação da crise ambiental exige práticas educativas que rompam com a lógica do consumo alienado, o que é perceptível na proposta das feiras de troca, ao incentivar o reaproveitamento e a circulação de bens entre os participantes.

Tais práticas contribuem para o fortalecimento da consciência ambiental e para a redução da geração de resíduos, promovendo uma relação mais responsável com o meio ambiente.

Partindo dessa dimensão pedagógica inicial, a Feira de Troca do GEPEEA/UFOPA pode ser interpretada, à luz da literatura sobre bens comuns e produção entre pares (P2P), como uma evidência empírica, ainda que limitada à escala local, de dinâmicas socioeconômicas que Bauwens e Kostakis (2017) identificam como potencialmente germinativas de configurações pós-capitalistas. A ausência de mediação monetária, a horizontalidade nas interações, a primazia do valor de uso sobre o valor de troca e a constituição de vínculos comunitários não mediados pelo mercado aproximam essa prática do paradigma dos comuns colaborativos.

Todavia, como advertem os próprios autores, tais experiências não estão imunes a processos de captura e reconfiguração pela lógica capitalista, frequentemente observados em plataformas ditas “colaborativas”. Isso impõe a necessidade de uma vigilância teórica e política contínua: a feira de troca torna-se potencialmente disruptiva na medida em que preserva sua autonomia frente às racionalidades mercantis e às formas de instrumentalização institucional.

Nesse sentido, este trabalho sustenta que a universidade pode operar como um espaço privilegiado de experimentação social, um “laboratório de transições”, não em chave tecnocrática, mas como um território pré-figurativo no qual novas formas de sociabilidade, produção e circulação de valor são ensaiadas, experienciadas e criticamente elaboradas.

Sob essa perspectiva, os resultados evidenciam que o projeto não se limitou à sensibilização ambiental dos participantes, mas também contribuiu de maneira significativa para o fortalecimento do papel formativo do GEPEEA enquanto espaço de produção e socialização do conhecimento. A experiência das feiras de troca demonstrou potencial educativo ao promover a articulação entre teoria e prática, favorecendo a construção de uma consciência ambiental crítica e a ressignificação das práticas de consumo no cotidiano dos envolvidos. O projeto ampliou e qualificou o debate sobre consumo consciente, sustentabilidade e responsabilidade socioambiental, ao incentivar reflexões que ultrapassam o espaço acadêmico e se materializam em práticas sociais mais sustentáveis. Assim, reafirma-se a relevância de iniciativas que integram ensino, pesquisa e extensão, uma vez que possibilitam o diálogo entre universidade e comunidade, contribuindo para a formação cidadã e para a transformação das relações entre sociedade e meio ambiente.

CONCLUSÃO

Conclui-se que a educação ambiental, compreendida em sua dimensão crítica, emancipatória e transformadora, constitui-se como um eixo estruturante na formação de sujeitos capazes de interpretar, problematizar e intervir nas complexas relações entre sociedade e natureza. Ao ultrapassar uma abordagem meramente informativa ou conservacionista, ela se afirma como um processo educativo contínuo, que articula saberes, valores e práticas orientadas para a construção de uma racionalidade socioambiental comprometida com a sustentabilidade, a justiça social e a responsabilidade coletiva.

Nesse contexto, o projeto “Feira de Troca: a Semente da Consciência Ambiental”, desenvolvido no âmbito do Grupo de Estudos, Pesquisa e Extensão em Educação Ambiental (GEPEEA/UFOPA), demonstrou-se uma estratégia pedagógica relevante ao materializar os princípios da educação ambiental por meio de ações concretas, dialógicas e participativas. Sua inserção no contexto universitário, articulando ensino, pesquisa e extensão, reforça o papel da instituição de ensino superior como espaço privilegiado de produção de conhecimento crítico e de intervenção social, promovendo o diálogo entre universidade e comunidade e ampliando o alcance das práticas formativas.

Os resultados obtidos evidenciam que a experiência da feira de troca contribuiu significativamente para a ressignificação das práticas de consumo, ao estimular a reflexão sobre o acúmulo de bens, o desperdício e os impactos ambientais associados ao modelo de consumo vigente. A dinâmica de troca de objetos, ao romper com a lógica estritamente mercantil, favoreceu o reaproveitamento de materiais, a redução do descarte e o incentivo a práticas de economia colaborativa, fortalecendo valores como solidariedade, cooperação e responsabilidade socioambiental.

Do ponto de vista formativo, observou-se que a metodologia fundamentada na ação-reflexão potencializou o engajamento dos participantes, promovendo não apenas a sensibilização ambiental, mas também o desenvolvimento de uma consciência crítica mais consistente acerca das relações entre consumo, meio ambiente e qualidade de vida. Esse processo revelou-se fundamental para a construção de novos referenciais éticos e comportamentais, mais alinhados às demandas contemporâneas de sustentabilidade.

Adicionalmente, o projeto contribuiu para o fortalecimento dos vínculos sociais entre os participantes e para a ampliação do debate sobre educação ambiental no contexto local, evidenciando seu potencial de impacto para além do espaço acadêmico. Ao promover a interação entre diferentes sujeitos e a circulação de saberes, a iniciativa reforça a compreensão de que a

educação ambiental é um processo coletivo, que depende da participação ativa de múltiplos atores sociais.

Dessa forma, reafirma-se que a educação ambiental, quando desenvolvida de maneira crítica, participativa e contextualizada, configura-se como instrumento essencial para a transformação das práticas sociais e ambientais. O projeto analisado demonstra que ações educativas baseadas na vivência, na troca e na reflexão possuem elevado potencial formativo, contribuindo para a consolidação de uma sociedade mais consciente, solidária e comprometida com a sustentabilidade em suas múltiplas dimensões. Esses elementos, contudo, não se esgotam na dimensão pedagógica imediata, abrindo espaço para uma leitura mais ampla de seus desdobramentos sociais.

A partir dessa compreensão ampliada de seus efeitos, a feira de troca pode ser interpretada para além dos resultados imediatos já apresentados, alcançando uma leitura mais abrangente de suas implicações sociais e educativas. Nesse sentido, este estudo sugere que a experiência se desdobra em múltiplas dimensões ainda pouco exploradas pela literatura brasileira: uma dimensão ontológica, relacionada ao trabalho voluntário e à produção da existência; uma dimensão micropolítica, associada à tática certeuniana de reapropriação das lógicas de consumo; uma dimensão subjetiva, que envolve a circulação de afetos e memórias nos objetos trocados; e uma dimensão sistêmica, que evidencia sua tensão estrutural com a lógica de valorização do capital. Assim, a Feira de Troca do GEPEEA/UFOPA não pode ser reduzida à categoria de “boa prática”, mas deve ser compreendida como um laboratório vivo das contradições do capitalismo contemporâneo e, simultaneamente, como um espaço de ensaio de futuros possíveis.

REFERÊNCIAS

BAUMAN, Z. **Modernidade líquida**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

BAUWENS, M KOSTAKIS, V. **Peer-to-peer: a manifesto for commons transition**. 2017.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: 23 de jun. 2017: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 30 de abr. 2026.

BRASIL. Lei 9.394 de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 30 de abr. 2026.

BRASIL. Lei 9.795 de 27 de abril de 1999. **Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências.** Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19795.htm. Acesso em: 30 de abr. 2026.

CARVALHO; ICM. **Educação Ambiental: a formação do sujeito ecológico.** São Paulo: Cortez, 2004.

Freire, P (2007). **Educação e mudança** (30 a ed.). São Paulo: Paz e Terra.

GOHN, MG. Educação não formal nas instituições sociais. **Revista Pedagógica**, [S. l.], v. 18, n. 39, p. 59-75, 2017. DOI: 10.22196/tp.v18i39.3615. Disponível em: <https://bell.unochapeco.edu.br/revistas/index.php/pedagogica/article/view/3615>. Acesso em: 04 maio 2026.

GUIMARÃES, M. **A formação de educadores ambientais.** Campinas, São Paulo: Papirus, 2004.

JACOBI, PR. **Educação ambiental, cidadania e sustentabilidade.** Cadernos de Pesquisa, São Paulo, n. 118, p. 189-205, 2003.

KURZ, R. **O colapso da modernização: da derrocada do socialismo de caserna à crise da economia mundial.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992. 244 p.

LOUREIRO, CFB.. **Trajetória e fundamentos da educação ambiental.** São Paulo: Cortez, 2004.

MENDONÇA, FMR; SABINO, H. FEIRA DE TROCA E EDUCAÇÃO AMBIENTAL: EXPERIÊNCIA DAS TURMAS EJA DO COLÉGIO ESTADUAL AURELINO LEAL (NITERÓI).. In: **Anais Simpósio de Gestão Ambiental e Biodiversidade.** Anais...Três Rios(RJ) UFRRJ, 2025. Disponível em: [https://www.even3.com.br/anais/14sigabi/1168374-FEIRA-DE-TROCA-E-EDUCACAO-AMBIENTAL--EXPERIENCIA-DAS-TURMAS-EJA-DO-COLEGIO-ESTADUAL-AURELINO-LEAL-\(NITEROI\)](https://www.even3.com.br/anais/14sigabi/1168374-FEIRA-DE-TROCA-E-EDUCACAO-AMBIENTAL--EXPERIENCIA-DAS-TURMAS-EJA-DO-COLEGIO-ESTADUAL-AURELINO-LEAL-(NITEROI)). Acesso em: 30 de abr. 2026.

REIGOTA, M. **O que é Educação Ambiental?** São Paulo: Brasiliense, 2012 (Coleção Primeiros Passos).

SANTOS, MMC. **Educação Ambiental e Políticas Públicas: vivências nas escolas municipais.** Curitiba, CRV, 2016.

TOZONI-REIS, MFC. **Educação ambiental: natureza, razão e história.** Campinas: Autores Associados, 2008.